



Um reconhecimento do Senado Federal aos empresários que contribuíram para a economia nacional e o progresso do país

Data: 26 de maio de 2015
Horário: 11h
Local: Plenário do Senado Federal

Agraciados
Albano Franco
Armando Monteiro Filho
Carlos Alberto Sicupira

João Tenório
Nevaldo Rocha
Antônio Ermírio de Moraes
(homenagem in memoriam)



SENADO FEDERAL

Secom | Publicidade e Marketing

JORNAL DO SENADO ANOS

www.senado.leg.br/jornal

Ano XXI — Nº 4.303 — Brasília, quarta-feira, 20 de maio de 2015



Senado confirma o nome de Fachin para a Suprema Corte

Por 52 votos a favor e 27 contrários, o Plenário aprovou a indicação do jurista Luiz Edson Fachin para ocupar a vaga de Joaquim Barbosa, que se aposentou do Supremo Tribunal Federal no ano passado. O resultado ficou dentro das expectativas, segundo senadores

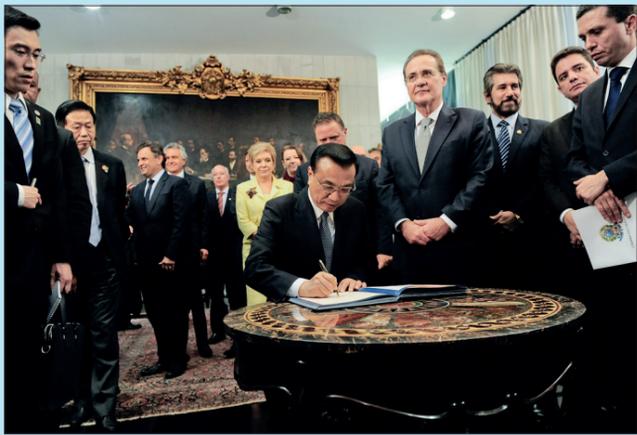
O nome do jurista paranaense, indicado pela presidente Dilma Rousseff, enfrentou resistência de senadores da oposição desde a sabatina na Comissão de Constituição e Justiça, que durou cerca de 11 horas. Por isso, o clima entre os senadores ontem era de expectativa quanto ao resultado. A tranquilidade da votação foi assegurada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que não aceitou pedido de líderes partidários para inverter a pauta da ordem do dia.

Antes de Fachin, o Plenário rejeitou o nome de Guilherme Patriota para chefiar missão na Organização dos Estados Americanos: 37 votos favoráveis e 38 contrários. **3**



Com resultado favorável, Plenário aprovou por 52 votos a favor e 27 contra a indicação de Luiz Edson Fachin para ministro do Supremo

Marcos Mariz/Agência Senado



Jonas Pereira/Agência Senado

Ao lado de Renan Calheiros, Li Keqiang assina o Livro de Honra do Senado

Primeiro-ministro chinês reforça relação parlamentar com o Brasil

Em visita diplomática ao Brasil para assinar 35 acordos em áreas como infraestrutura e transporte, o primeiro-ministro da China, Li Keqiang, reuniu-se ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e disse que a parceria precisa ser também política. **2**

Limite de investimento do BNDES sobe para R\$ 452 bi

Segue para sanção texto aprovado ontem pelo Senado que aumenta em R\$ 50 bilhões os recursos que o BNDES poderá emprestar com subvenção econômica da União. O objetivo é atender maior competitividade da indústria. **3**

Governadores discutem no Congresso pacto federativo

O déficit dos estados será o principal tópico tratado na reunião pública que os chefes de Executivos estaduais farão hoje no Senado. A Casa já se debruçou sobre projetos que criam alternativas para enfrentar o problema. **2**

Debate sobre terceirização dura quase seis horas

Em sessão temática ontem, entidades empresariais defenderam o projeto que regulamenta a terceirização na forma como foi aprovado na Câmara. Já os representantes dos trabalhadores criticaram a proposta. O presidente do Senado, Renan Calheiros, e vários senadores querem mudanças no texto. **6 e 7**

Para o ministro do Trabalho, Manoel Dias, projeto ameaça direitos dos trabalhadores



Jefferson Rudy/Agência Senado

Consumidor pode ganhar regras mais simples para cancelar serviços **5**

Segue para a Câmara projeto que autoriza ensino de capoeira nas escolas **10**

Avança texto que cria espaço para turismo regional em emissoras de TV e rádio públicas **11**

Prioridade no atendimento a paciente particular deve ser proibida **12**

Médicos firmam parceria com governo para assistência a cardíacos **12**

Renan: avanço da parceria Brasil-China é estratégico

Presidente do Senado recebeu ontem visita do primeiro-ministro da China, que veio ao país assinar 35 acordos de cooperação com o Brasil em áreas como infraestrutura, transporte e agricultura

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, disse ontem ao primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, que considera estratégico para o Brasil o avanço da parceria entre os dois países. Em visita, o primeiro-ministro conversou com Renan também sobre as relações parlamentares.

Keqiang está no Brasil para assinar 35 acordos de cooperação nas áreas de planejamento estratégico, infraestrutura, transporte, agricultura, energia, mineração, comércio e ciência e tecnologia.

— Nossas relações vivem um grande momento. Mais do que nunca, precisamos avançar nessa parceria para garantir o desenvolvimento — disse Renan, acompanhado de outros 20 senadores.

Ele lembrou que o Parlamento brasileiro mantém dois grupos de cooperação com a China: um na Câmara e outro no Senado. Renan aproveitou o encontro para anunciar que um grupo de parlamentares visitará a China em setembro.

Li Keqiang disse que a comitiva será muito bem recebida.



Li Keqiang chega ao Congresso: China é o principal parceiro comercial do Brasil

— Fico muito feliz em saber que há esses dois grupos parlamentares de amizade. A cooperação não pode ser só política, mas também econômica. E antes de tudo, precisa ter uma base sólida, com o apoio da sociedade. Precisamos garantir a participação dos senadores e deputados nesse processo — afirmou.

Renan lembrou que a China é o principal parceiro comercial do Brasil. Em 2014, as exportações àquele país alcançaram US\$ 40,6 bilhões e as importações, US\$ 37,3 bilhões, segundo

o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. De janeiro a abril deste ano, o comércio bilateral já soma US\$ 21,7 bilhões.

Renan convidou o primeiro-ministro chinês a conhecer o Plenário, a exemplo do presidente da China, Xi Jinping, que visitou o Parlamento em 2014. Li Keqiang assinou o Livro de Honra do Senado e participou brevemente da sessão, quando Renan voltou a ratificar a importância da parceria.

(Com a Assessoria da Presidência)

Congresso e governadores debatem o pacto federativo



Uma importante etapa na discussão do pacto federativo será cumprida hoje no Senado. O presidente Renan Calheiros recebe os governadores estaduais para uma reunião pública. O principal tópico será o déficit dos estados, que têm dificuldades para sanar dívidas com a União e para cumprir obrigações constitucionais. O Senado já se debruçou sobre projetos que criam válvulas de escape para esse problema e a reunião com os governadores pode ser o ponto de partida para uma solução mais concreta.

Renan já promoveu uma reunião com os governadores em 2013. Na ocasião, o tema das dívidas dos estados também dominou a pauta. As reivindicações trazidas pelos chefes dos Executivos estaduais incluía ainda redução de juros, aumento do teto de endividamento e empréstimos, participação na receita das contribuições da União, limite para transferência de encargos e fim da tributação entre os entes federados.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) era governador de Minas Gerais e participou da reunião.

Recordando aquele momento, ele explica que os governadores têm a tarefa de transmitir as demandas locais.

— Os governadores têm obrigação de serem os grandes amplificadores da situação. As circunstâncias são diferentes em relação a cada estado. Eles é que estão ali com a dificuldade do dia a dia, sofrendo as agruras dos governos. A função deles é pedir soluções e mostrar alternativas.

Agora, como senador, Anastasia tem a oportunidade de debater com outra perspectiva.

— Ao Senado cabem dois papéis: acolher essa demanda e mostrar à sociedade que a situação é grave e amplificar esse debate. A Federação está enfraquecida. Uma concentração tão grande de recursos na esfera federal é boa para o desenvolvimento do Brasil?

Ao traçar uma comparação entre os dois momentos, Anastasia diz entender que a condição financeira dos estados apenas se agravou, o que exige mais urgência no tratamento do pacto federativo e confere mais importância à reunião.

— O que mudou foi que a crise piorou. O governo federal se esforçou em permitir que os estados tomassem empréstimos para investimentos para

melhorar o PIB, só que esse processo não adiantou, as receitas caíram, a crise atingiu as finanças estaduais e os estados estão numa situação pior — afirmou.

Mesmo assim, ele vê uma perspectiva favorável a mudanças na sistemática do pacto e no diálogo com o Executivo:

— Houve um avanço na questão da dívida dos estados com a mudança do indexador, graças a um esforço do Congresso. O governo atravessa uma situação mais delicada e, por isso mesmo, se veja obrigado a fazer algumas revisões que não quis fazer lá.

A reunião será realizada no Salão Negro do Congresso Nacional às 11h. Além dos governadores e do presidente Renan Calheiros, participarão do evento o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, líderes partidários e membros da Mesa do Senado e da Câmara.

As autoridades ficarão à disposição da imprensa no Salão Nobre e um púlpito para entrevistas coletivas será disponibilizado. O acesso ao Salão Negro será restrito a profissionais credenciados com identificação específica para o evento.

Dalírio Beber assume mandato de Luiz Henrique

Dalírio José Beber (PSDB-SC) tomou posse ontem do mandato de senador no lugar de Luiz Henrique, morto no último dia 10 em decorrência de infarto. O novo parlamentar exercerá o mandato até janeiro de 2019.

Dalírio Beber, de 66 anos, nasceu em Massaranduba (SC). Formado em direito, foi um dos fundadores do PSDB em Santa Catarina. Hoje, é presidente de honra da legenda. No governo estadual, foi presidente da Agência de Fomento de Santa Catarina e da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.



Novo senador presta juramento em Plenário. Mandato vai até 2019

Foi eleito primeiro suplente em 2010, quando Luiz Henrique teve 1,78 milhão de votos. O segundo suplente é Antonio Marcos Gavazzoni, secretário de Fazenda de Santa Catarina.

Acir Gurgacz será relator da Receita do Orçamento de 2016

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) foi designado ontem relator da Receita da proposta orçamentária de 2016 e vai trabalhar em conjunto com o relator-geral da proposta, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

Esta é a segunda vez que Gurgacz assume a relatoria da Receita. A outra foi em 2011.

(Da Agência Câmara)

Parlamento do Mercosul define diretrizes para 2015

A Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul (Parlasul) reuniu-se segunda-feira, em Montevidéu, no Uruguai, e discutiu o calendário das sessões de 2015, assuntos administrativos e o funcionamento do Parlasul. No encontro, foram traçadas as diretrizes quanto à organização dos trabalhos do órgão.

(Da Agência Câmara)

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Pauta trancada pelos PLVs 3 e 4/2015, relativos ao ajuste fiscal.

PRESIDÊNCIA Governadores

11h Renan Calheiros recebe governadores dos estados e do Distrito Federal no Salão Negro para discutir o pacto federativo; às 16h, preside a ordem do dia.

CI Política pública

8h30 Definição da política pública a ser avaliada no ano de 2015. Em seguida, reunião deliberativa com três itens.

CAS Habitações para idosos

9h Na pauta de 10 itens, texto que reserva habitações para idosos de baixa renda nos programas oficiais de moradia.

CDR/CMA Ministro Gilberto Occhi

9h Comissões ouvem ministro da Integração Nacional em audiência pública com a comissão de acompanhamento da transposição do Rio São Francisco.

CCJ Sabatina para o CNMP

10h A comissão sabatina Gustavo do Vale Rocha para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Depois, serão discutidos 12 itens.

CE Venda de anabolizantes

10h A comissão de Educação, Cultura e Esporte realiza audiência interativa para discutir o PLS 120/2015, que restringe a venda de esteroides anabolizantes.

CDH Ciganos da Bahia

11h A comissão discute 15 itens. Em seguida, aprecia denúncia de discriminação contra povo cigano da Bahia.

FRENTE PARLAMENTAR Família

14h Relançamento da Frente Parlamentar Mista da Família e Apoio à Vida.

MP 671/2015 Ministro do TST

14h Comissão que analisa a modernização do futebol faz audiência com o ministro do TST Guilherme Caputo Bastos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv), em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado aprova indicação de Fachin para o STF

Por 52 votos a favor e 27 contrários, o Plenário definiu Luiz Edson Fachin como o nome para ocupar na Suprema Corte a vaga de Joaquim Barbosa, que se aposentou em 2014

O JURISTA LUIZ Edson Fachin será o novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), ocupando a vaga de Joaquim Barbosa, que se aposentou em julho do ano passado. Por 52 votos a favor e 27 contrários, o nome de Fachin, indicado pela presidente Dilma Rousseff, foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado.

A votação era cercada por expectativa, já que muitos senadores da oposição se mostravam contrários à indicação. Líderes partidários pediram a inversão de pauta, para que a indicação de Fachin fosse o primeiro item da ordem do dia. Porém, o presidente do Senado, Renan Calheiros, se negou a fazer a alteração, dizendo que a apreciação do nome de Fachin deveria ser feita “sem pressa e sem ansiedade”.

— Fiz o que um presidente do Senado deve fazer. Conduzi o processo com absoluta isen-



Plenário votou a indicação feita pela presidente Dilma Rousseff, com manifestações contrárias de alguns opositores

ção — afirmou Renan.

Magno Malta (PR-ES) chegou a citar a Bíblia, dizendo que não poderia ser “morno”, para se posicionar contra a indicação de Fachin. Ele justificou sua “dificuldade de votar” em Fachin dizendo que, embora o indicado seja um homem “preparado nas letras e com conteúdo jurídico”, teve “escorregões jurídicos” sobre questões como a marcha da

maconha e a bigamia.

Apesar de a votação ser nominal e sigilosa, Roberto Requião (PMDB-PR), em missão oficial no exterior, pediu a Lindbergh Farias (PT-RJ) para ler sua declaração de voto favorável a Fachin. Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que é uma honra para o Paraná ter alguém como Fachin no STF. Foi lá que o gaúcho Fachin construiu sua carreira

jurídica. A senadora exaltou a unidade da bancada do estado, que defendeu de forma unânime o nome de Fachin. Alvaro Dias (PSDB-PR) foi o relator da indicação do jurista na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Delcídio do Amaral (PT-MS), líder do governo, destacou a experiência de Fachin. Telmário Mota (PDT-RR) disse que o jurista está preparado

para o cargo. Hélio José (PSD-DF) desejou sucesso ao novo ministro do STF, enquanto Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) elogiou a condução de Renan no processo de votação e destacou o apoio que Fachin conseguiu do meio jurídico e acadêmico do país.

— A indicação dele é a vitória de um dos melhores juristas do país. Não tenho dúvida de que Fachin será um dos melhores ministros da história do Supremo — declarou Randolfe.

A sabatina na CCJ, no dia 12 de maio, provocou muita polêmica. Foram quase 11 horas de questionamentos. Opositores mostraram descontentamento com procedimentos adotados pela CCJ e, entre outros assuntos, questionaram Fachin sobre a atuação na advocacia enquanto era procurador do estado e o apoio a Dilma nas eleições de 2010. No final, a CCJ aprovou o indicado por 20 votos a 7.

Plenário rejeita nome de Guilherme Patriota para OEA

O Senado rejeitou ontem a indicação de Guilherme de Aguiar Patriota para a Organização dos Estados Americanos (OEA). Foram 37 votos favoráveis e 38 contrários. A rejeição dividiu as opiniões dos senadores.

— É a primeira vez na história que um diplomata de carreira é rejeitado pelo Senado Federal. Eu acho lamentável — disse Lindbergh Farias (PT-RJ), que atribuiu a rejeição a disputas entre partidos.

Cristovam Buarque (PDT-DF) também lamentou a rejeição. Ele lembrou que a indicação não se deu por motivos políticos e que Patriota é um diplomata de carreira.

— Eu lamento muito que tenhamos usado a soberania dessa maneira. Considero que foi um equívoco.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), por sua vez, comemorou a rejeição. Para ele, o fato mostra



Indicação de Patriota teve 37 votos favoráveis dos senadores e 38 contrários

que o Senado não existe apenas para dar uma chancela às decisões do Executivo. O senador elogiou o fato de a Casa ter despertado para a importância das sabatinas e disse que a rejeição se deu em razão de respostas do indicado na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

— A sabatina não é mero ato protocolar. Serve para que o sabatinado possa revelar à

República sua forma de pensar. Nas respostas dadas na quinta-feira na CRE, ficou patente que ele poderia melhor representar a Venezuela que o Brasil.

O papel do Senado também foi lembrado pelo presidente da Casa, Renan Calheiros.

— Se as aprovações fossem automáticas, nós não precisávamos fazer sabatina e apreciar no Plenário — lembrou.

Representantes para três embaixadas são acatados

Na mesma sessão que rejeitou a indicação de Guilherme Patriota, os senadores aprovaram os nomes de outros três diplomatas que terão a responsabilidade de comandar representações brasileiras no exterior. Foram acatadas as indicações de Paulo Cesar de Oliveira Campos para a embaixada do Brasil na França; de João Alberto Dourado Quintaes para o Mali; e de Cícero Martins Garcia para a Geórgia.

A indicação de Oliveira Campos teve 66 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção. Du-

rante a sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), o indicado afirmou que terá como prioridade atuar na defesa dos interesses comerciais do Brasil e no apoio para a instalação de empresas brasileiras na França. Ele vai representar o Brasil também no Principado de Mônaco. Atualmente, é titular da embaixada do Brasil na Espanha.

O nome de Quintaes foi aprovado por 68 votos a favor e 6 contrários. Durante a sabatina na CRE em abril, ele ressaltou a cooperação mantida pelo

Brasil com o Mali na produção agrícola, especialmente de algodão.

A indicação de Martins Garcia teve 72 votos a favor e 4 contrários. Na sabatina realizada pela CRE no final de abril, o diplomata afirmou que, desde a chamada Revolução das Rosas, em 2003, a Geórgia procura se abrir ao Ocidente. Segundo o indicado, o comércio com o Brasil tem crescido desde então e as exportações brasileiras para aquele país alcançaram US\$ 276 milhões em 2014.

Vai à sanção texto que aumenta limite para empréstimos do BNDES

O Plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 5/2015, oriundo da Medida Provisória (MP) 663/2014, que aumenta em R\$ 50 bilhões o limite de recursos que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderá emprestar com subvenção econômica da União. Com a medida, o limite de investimento do banco passa para R\$ 452 bilhões. O texto segue para sanção presidencial.

De acordo com o governo, o reajuste de R\$ 50 bilhões vai auxiliar o BNDES a atender a demanda pelo aumento da competitividade da indústria.

Para o relator, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), a medida é relevante no atual contexto econômico, porque possibilita a ampliação de investimentos e a modernização de projetos. Outros senadores, porém, discordaram da proposta.

Reguffe (PDT-DF) criticou o aumento por ser feito com o dinheiro do contribuinte. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) também divergiu da medida por causa do aumento da dívida pública a partir da emissão de títulos a serem vendidos no mercado para capitalização do BNDES.

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ter a sensação de que “a República enlouqueceu” e que a medida vai contra o ajuste fiscal proposto pelo próprio governo. José Agripino (DEM-RN) observou que a dívida interna do Brasil já é de

R\$ 2,4 trilhões e que as contas públicas estão desordenadas.

José Serra (PSDB-SP) destacou emenda dele ao projeto, acatada por Ataídes, que obriga transparência no processo de financiamento do banco. Ele disse esperar que a presidente Dilma não vete o dispositivo.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que o governo é “incoerente” ao dar continuidade ao processo de descontrolar fiscal. Para Omar Aziz (PSD-AM), as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são prejudicadas pela política de desenvolvimento do BNDES. Já o líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), ressaltou que o BNDES financia projetos importantes, especialmente para a atividade produtiva.

José Pimentel (PT-CE) observou que a MP perde validade logo e que a aprovação de destaques faria com que voltasse à Câmara. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que o governo prejudica o trabalhador com arrocho fiscal, enquanto tira recursos dos contribuintes para favorecer o BNDES.

Walter Pinheiro (PT-BA) lembrou que os recursos do BNDES socorrem as regiões em crises e defendeu aporte de mais recursos para que as unidades da Federação continuem com projetos de geração de renda e emprego. Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) também defendeu o texto para que empresas possam se habilitar a projetos de investimentos que não podem ser adiados, disse.

No aniversário do **Jornal do Senado**, ex-secretário de Comunicação da Casa Fernando Cesar Mesquita fala sobre o pioneirismo do sistema criado na gestão de José Sarney

Um caso de sucesso que completa 20 anos

Patrícia Oliveira

Há 23 anos o jornalista Fernando Cesar Mesquita recebeu a missão de criar o sistema de comunicação do Senado. O pedido veio do próprio presidente da Casa à época, José Sarney. A tarefa não era fácil. Seria neces-

sário enfrentar a burocracia e a própria descrença dos parlamentares, comprar equipamentos, contratar profissionais. O sistema foi implantado aos poucos. Começou com o Jornal, que este mês completa duas décadas, seguido por rádio e televisão, e depois agência de notícias e relações públicas. “Foi assim que nasceu a Comunicação

do Senado, um instrumento importante para que o povo brasileiro saiba o que o Legislativo faz, com seus defeitos e qualidades”, diz. Nos 20 anos do Jornal, Fernando Cesar Mesquita concedeu entrevista à Agência Senado em que avalia como positiva e inovadora a iniciativa que transformou a comunicação pública no Brasil.

Agência Senado — Como começou essa experiência?

Fernando Cesar Mesquita — Foi um projeto que eu apresentei ao presidente Sarney, a pedido dele, que tinha como escopo melhorar a divulgação do Senado, que era nenhuma. A grande imprensa não divulgava o que era realmente importante, só o que queria. Ela também perderia o monopólio da informação. Além disso, a população não sabia da importância do Congresso ou tinha visão distorcida. Como eu tinha uma grande experiência desde quando cheguei aqui em 1963, era o repórter político mais novo, fui chefe de redação e de reportagem de vários veículos — inclusive do *Estado de S. Paulo* por dez anos — eu sabia que realmente era necessário mostrar o trabalho do Congresso.

Qual foi a maior dificuldade?

Os senadores na sua maioria achavam que era impossível fazer aquilo. Antonio Carlos Magalhães, que foi presidente do Senado, depois apoiou muito o desenvolvimento, dizia que era o DIP do Sarney. O DIP era o Departamento de Imprensa e Propaganda do tempo do Getúlio Vargas. O Esperidião Amin dizia: “Eu quero apenas aquele



Para Fernando Cesar Mesquita, “o **Jornal do Senado** é uma referência para a comunicação pública”

clipping da Radiobrás”. Ou seja, não acreditava, porque conhecia o Senado. Aqui é uma burocracia muito complicada, de repente você vem com um projeto desse tamanho para implantar...

Como era o trabalho no início?

Não foi fácil, a Gráfica não estava estruturada para fazer um jornal. Havia problema de hora extra, de gente trabalhar a noite toda, diagramadores, o pessoal do Prodasen [Secretaria de Tecnologia da Informação]. Fizemos vários concursos e muitos jornalistas que vieram trabalhar não tinham nenhuma experiência. Tínhamos uma

legislação muito clara que culminou na elaboração do manual de redação da Comunicação do Senado. E recentemente aprovamos o planejamento estratégico, então todo mundo tinha consciência do seu dever.

Após 20 anos, como foi essa evolução?

Houve realmente uma coerência em relação ao projeto inicial no Jornal e em todos os veículos, que teve a participação de gente muito operosa. Ele tinha uma tiragem muito grande e chegou a ser distribuído no país todo, mas a postagem era muito cara. E como já tínhamos outros veículos para suprir

essa necessidade, reduzimos a circulação a Brasília e internet. A grande imprensa não queria, houve muitas críticas, mas hoje ela reconhece a importância e usa muito material nosso. Acredito que 20 anos depois o **Jornal do Senado** cumpriu o seu papel e vai continuar cumprindo. É uma referência para a comunicação pública.

E quais eram as recomendações sobre a linha editorial?

Eu quero aproveitar e homenagear não só o pessoal que trabalhou nessa época. Além do presidente Sarney, que foi o responsável pela implantação, também os diretores do Senado e os outros presidentes que não alteraram a linha que foi estabelecida, ou seja, independência, nada de partidarismo, e sem censura. Aquilo que tinha sido dito era para ser respeitado.

Qual é o impacto da TV Senado?

A TV Senado está no Brasil todo. Começamos através da Rádio Nacional, depois da TV Cultura e depois colocamos no satélite. Daí veio a TV a cabo e a TV aberta. Fomos também a primeira televisão do Brasil a estar na internet. E assim o povo brasileiro hoje sabe o que acontece aqui em Brasília, o que é importante para ele.

Aprovado projeto sobre direito de arena a atletas

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto para obrigar os clubes desportivos a divulgarem nos respectivos sites, no prazo de 48 horas após cada evento esportivo transmitido por meios de comunicação, a lista dos atletas que participaram da partida. O objetivo é garantir transparência ao rateio da parcela devida aos jogadores referente aos direitos de transmissão, o chamado direito de arena.

A proposta (PLS 134/2014), do ex-senador Alfredo Nascimento, faz alterações na Lei Pelé (Lei 9.615/1998), que regulamentou a cobrança do direito de arena, dentro do conjunto geral de normas sobre os desportos. Para o autor, falta transparência na divisão da parcela da receita que cabe aos jogadores, equivalente a 5% do valor total recebido pelos clubes nas negociações com os veículos de comunicação.

Como o texto recebeu decisão final na CE, deve seguir para a Câmara. Na comissão, o projeto foi relatado por Roberto Rocha (PSB-MA), favorável à aprovação.

Autonomia dos clubes é debatida por comissão mista

Em nova audiência pública promovida pela comissão mista que analisa a MP 671/2015, a chamada MP do Futebol, o principal tema foi a autonomia dos clubes e das federações do futebol brasileiro.

O advogado Wladimir Camargos, especialista em direito desportivo, afirmou que a MP carrega uma “inconstitucionalidade latente” porque, segundo ele, viola a autogestão dos clubes.

O problema apontado por Camargo reside nas práticas de gestão administrativa impostas pelo Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), que garante o refinanciamento.

— As entidades se autorregulam, são autogestionárias e têm mecanismos judiciais próprios e internos, afastados do Estado, para colocar em prática suas sanções. A autodeterminação dos clubes está sendo ferida porque temos uma situação de tutela do Estado na organização interna.

O contraponto foi feito por Ricardo Martins, diretor-executivo do Bom Senso Futebol Clube, um movimento independente criado por jogadores profissionais para discutir a



Martins, do Bom Senso, fala em audiência presidida por Petecão (2º à dir.)

situação do futebol brasileiro.

— A gestão irresponsável é fomentada por um problema sistêmico. Clubes que respeitam seus orçamentos são prejudicados diante dos gastadores. Falta regulamentação e há impunidade. Em função de a CBF [Confederação Brasileira de Futebol] não assumir esse papel, o Estado precisou entrar na discussão. A ideia não é punir os clubes, e sim protegê-los.

Para Carlos Roberto Occaso, da Receita Federal, programas de refinanciamento precisam fazer exigências firmes aos beneficiados. Nesse sentido, ele acredita que a MP é até “bastante generosa”.

— O parcelamento especial setorial até pode existir, desde que seja mais restrito do que a

cobrança geral. Só faz sentido se for mais rigoroso. A norma deve estabelecer regras de gestão, governança e responsabilização, para garantir o cumprimento regular dos tributos e o equacionamento das dívidas.

Outro tema abordado foi a possibilidade de abertura de novos canais de financiamento federal para os clubes de futebol, por meio das loterias federais. Segundo Fabio Cleto, da Caixa, ainda há muito potencial inexplorado para arrecadar mais, quando se considera que o faturamento per capita, de cerca de US\$ 20 por habitante ao ano, é apenas o 15º do mundo.

A comissão fará mais uma audiência hoje, com representantes da CBF e do TST.

Desertificação do semiárido preocupa Fernando Bezerra

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) defendeu a adoção de metas para conter a desertificação do semiárido brasileiro. Para o senador, o problema deve fazer parte do documento que o Brasil irá levar à COP-21, conferência mundial da ONU sobre o clima, marcada para novembro, em Paris.

Bezerra, que preside a Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC) do Congresso, participou ontem da abertura do 4º Simpósio de Mudanças Climáticas e Desertificação do Semiárido Brasileiro, promovido pela Embrapa em Petrolina (PE), no sertão do São Francisco.

— Essa questão da desertificação tem que ser tratada com mais seriedade — afirmou.

Segundo a Embrapa, quase metade do semiárido enfrenta desertificação severa. A instituição informa que o desmatamento na região consumiu, nos últimos anos, um território do tamanho de Portugal.

— Temos que tomar medidas agora para que um bioma inteiro, que é único no mundo, como é o caso da Caatinga, não desapareça — disse o senador.

Avança regra mais simples para consumidor cancelar serviços

Iniciativa de Cássio Cunha Lima estabelece que a mesma facilidade oferecida para contratação sirva também para encerramento

OS MESMOS MEIOS oferecidos para a contratação de um serviço deverão estar disponíveis para o cancelamento pelo usuário, segundo o Projeto de Lei do Senado (PLS) 541/2013, aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Segundo a proposta, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a prática se tornará um direito assegurado no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

O texto visa resolver queixa frequente de que a facilidade oferecida pelos fornecedores no momento da venda de um serviço se inverte quando o consumidor quer cancelar o contrato.

Além de ampliar os meios para a solicitação do fim do contrato, o texto determina que os efeitos do cancelamento comecem a valer na data da solicitação pelo consumidor, independentemente do processamento exigir prazo maior.

Também estabelece que, para pedir o cancelamento, o usuário não precisa estar em dia com os pagamentos previstos no contrato de prestação do serviço. Prevê ainda que o comprovante do pedido de cancelamento poderá ser enviado por correspondência ou meio eletrônico, a critério do consumidor.

Cássio explica que essas garantias já estão previstas no Decreto 6.523/2008, que regulamenta o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), mas valem apenas para serviços regulados pelo poder público federal. Com a inserção das regras no CDC, as normas serão obrigatórias para todos os fornecedores.

Ao concordar com o autor, o relator na CMA, Blairo Maggi (PR-MT), disse que as medidas propostas no projeto beneficiam os usuários sem causar dificuldades para os fornecedores.



O relator Blairo Maggi (com Reguffe) destacou que o benefício não cria dificuldades a fornecedores

Na mesma reunião, foi aprovado projeto que modifica a Lei Geral de Telecomunicações para determinar que o cancelamento de planos de telefone, internet e televisão poderá ser feito por telefone ou pela internet. Prevista no PLS 224/2014, a rescisão simplificada poderá acabar com o “suplício” enfrentado pelo consumidor que deseja cancelar um serviço de telecomunicações, conforme expressão usada pelo relator na CMA, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

— É mais difícil rescindir um contrato do que abrir uma empresa no Brasil — frisou o relator.

“Recorde de reclamações”

Para o autor do projeto, Eduardo Amorim (PSC-SE), os usuários de serviços de telecomunicação pagam caro por um serviço de baixa qualidade e, quando querem cancelar um contrato, são submetidos a dificuldades impostas pelas empresas, como a exigência de atendimento presencial

para formalizar o encerramento.

— Pagamos caro e essas empresas batem recorde de reclamações. Qual de nós teria tempo de ir a uma empresa para desfazer o serviço contratado? — questionou o senador.

Também Jorge Viana (PT-AC), Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e Blairo Maggi criticaram as empresas de telecomunicações pelas regras impostas aos consumidores e relataram dificuldades enfrentadas por eles mesmos em tentativas de usar os canais de atendimento das empresas.

O presidente da CMA, Otto Alencar (PSD-BA), lembrou que a comissão aprovou sugestão dele para requerer ao Tribunal de Contas da União (TCU) auditoria das empresas de telecomunicações.

— O TCU já designou o ministro Bruno Dantas, que fará essa auditoria nas telefônicas — informou Otto Alencar.

O PLS 224/2014 segue agora para exame na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Empresa pode ter incentivo para formação de pessoal

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto que estabelece incentivos às empresas para financiar a formação profissional dos empregados. O texto originário da Câmara (PLC 68/2011) foi acolhido na forma do substitutivo do relator, senador Gladson Cameli (PP-AC).

O substitutivo propõe que, para efeito de cálculo do Imposto de Renda devido, as empresas poderão deduzir, na apuração do lucro real, os gastos com a formação profissional dos empregados, em cursos de nível superior e em outros cursos e atividades de educação profissional.

Para Gladson, o projeto pode ajudar a economia do país. “Milhares de postos de trabalho ficam sem preenchimento por falta de mão de obra especializada”, diz no relatório.

Pela proposta, a dedução do IR com a formação profissional não deve exceder 10% do lucro tributável. E não pode contar como complemento ou remuneração devida ao trabalhador. Despesas com a construção de centros de formação profissional também poderão ser deduzidas.

O texto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa. Se aprovado na CAE, poderá seguir à sanção.



Para Gladson, relator, texto ajuda economia do país, que carece de mão de obra qualificada

Prorrogada medida que mantém até 2019 norma de valorização do mínimo

Foi prorrogada a vigência da Medida Provisória 672/2015, que trata da política de valorização do salário mínimo. O ato do presidente do Congresso, Renan Calheiros, foi publicado no *Diário Oficial* de ontem.

A MP mantém a atual regra de reajuste do mínimo até 2019. Pelo método, o aumento é calculado com base na correção da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior, mais a variação do produto interno bruto (PIB) de dois anos anteriores.

Enviado pelo governo em março, o texto está tramitando na comissão mista, presidida pelo deputado Zé Geraldo (PT-PA). O relator é o senador João Alberto Souza (PMDB-MA).

O texto já recebeu 114 emendas. Boa parte delas aplica a regra de reajuste a aposentados

e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que ganham acima do mínimo. A intenção dos parlamentares é recompor o poder de compra dos beneficiados, com reajuste acima da inflação.

A MP tem força de lei desde a edição e vigora por 60 dias, prorrogáveis por mais 60. Quando chega ao Congresso, é analisada por uma comissão mista, que pode alterá-la.

Depois de deixar a comissão mista, ela precisa ser votada pelos Plenários da Câmara e do Senado. Se aprovado, o texto é enviado à presidente da República, que pode sancionar ou vetar total ou parcialmente, caso discorde das alterações.

Após 45 dias da edição, a MP tranca a pauta do Plenário se já tiver passado pela comissão mista. Passados 120 dias, ela perde a vigência e é arquivada.

Instalada CPI para apurar irregularidades no Carf

O Senado instalou ontem comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar denúncias de irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), do Ministério da Fazenda. A comissão será presidida por Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e terá como relatora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). O colegiado, a ser presidido por Donizeti Nogueira (PT-TO), terá prazo de investigação de 120 dias e orçamento de R\$ 100 mil. A próxima reunião é na semana que vem.

Na primeira reunião, a comissão aprovou a convocação das autoridades responsáveis pelas investigações no Carf, entre elas o presidente da instituição, Carlos Barreto; o delegado da Polícia Federal responsável pela Operação Zelotes, Oslain Campos Santana; e o procurador-chefe da Fazenda Nacional, Paulo

Riscado. Também aprovou solicitação à Polícia Federal de informações sobre o caso para ajudar na elaboração do plano de trabalho.

A Operação Zelotes investigou denúncia de que empresas, escritórios de advocacia e de contabilidade, servidores públicos e conselheiros do Carf criaram esquema de manipulação de julgamentos, propiciando a redução de multas de sonegadores de impostos. O Carf é um órgão do Ministério da Fazenda onde os contribuintes podem contestar administrativamente multas aplicadas pela Receita Federal. A investigação já comprovou prejuízos de R\$ 6 bilhões aos cofres públicos, mas auditores avaliam que a fraude pode passar de R\$ 19 bilhões.

Ataídes disse que a questão do Carf é gravíssima por envolver dinheiro público.

Segundo afirmou, 780 empresas envolvidas no caso representam processos que alcançam R\$ 327 bilhões. Otto Alencar (PSD-BA) considerou que a comissão precisa atuar no combate ao desvio de dinheiro público. Entre as empresas implicadas, citou os grupos Gerdau, Safra, Itaú, Ford e RBS.

— Se os devedores da Avenida Paulista pagarem metade do que devem ao erário, resolve o ajuste fiscal e ainda sobra dinheiro para concluir a transposição do Rio São Francisco. Não vejo por que não pagar os impostos, fazer sonegação fiscal — afirmou.

Vanessa disse que o país sofre uma evasão fiscal “absurda” e citou os prejuízos comprovados. A instalação da comissão foi saudada por José Pimentel (PT-CE), Randalfe Rodrigues (PSOL-AP) e Simone Tebet (PMDB-MS).

Debate com representantes dos setores envolvidos no assunto durou quase seis horas. Um dos pontos mais polêmicos da proposta, que já foi aprovada na Câmara e está em tramitação no S

Projeto de terceirização divide opiniões em

UMA EXTENSA SESSÃO temática reuniu ontem no Plenário senadores, especialistas em direito do trabalho e representantes do governo, de trabalhadores e de empresários para debater a terceirização — a operação em que uma empresa contrata mão de obra de outra para a prestação de determinados serviços. A discussão, que durou quase seis horas, mostrou a grande diversidade de opiniões existentes sobre o tema.

O projeto que regulamenta os contratos de terceirização (PLC 30/2015), já aprovado na Câmara, depende de votação no Senado, onde também gera divergências. O assunto divide parlamentares, trabalhadores e patrões, muitos deles presentes no Plenário e nas galerias, ao longo da sessão de ontem. Um dos pontos mais polêmicos é a possibilidade de terceirizar as atividades-fim das empresas.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, abriu os trabalhos sustentando que não é possível fazer ajuste fiscal cortando

direitos trabalhistas e previdenciários. O senador disse que, na forma como está, o projeto estabelece uma espécie de vale-tudo, quando, na opinião dele, o que a sociedade brasileira cobra é a regulamentação profissional, especialmente dos terceirizados que já estão no mercado de trabalho.

— Não dá para nós passarmos para a sociedade a ideia de que vamos fazer isso cortando direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores — disse Renan.

Com posição semelhante, o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, manifestou resistência à mudança. Ele disse que, no modo como veio da Câmara, o projeto da terceirização pode, sim, resultar em precarização das relações de trabalho, como temem entidades de defesa dos direitos dos trabalhadores.

— Na medida em que não houver a construção de garantias que possam impedir a generalização da terceirização, entendemos que ela pode precarizar o trabalho — afirmou o ministro.



O presidente do Senado, Renan Calheiros, diz que é preciso alterar o projeto para evitar a perda de direitos d

Os argumentos de quem é contrário ou favorável às novas regras e



Helder Amorim

Vários convidados falaram durante a sessão temática de ontem. A seguir, uma síntese das principais manifestações feitas no debate, a favor e contra o projeto que regulamenta o assunto.

Contra

Representante do Ministério Público do Trabalho (MPT), Helder Amorim disse que “a lógica da terceirização é perversa” e que a iniciativa, tal como proposta no PLC 30/2015, é inconstitucional.

Sob aplausos, Amorim disse que a matéria “fere diretamente os direitos fundamentais dos trabalhadores e esvazia a função social da propriedade”.

Ele também afirmou que a Constituição de 1988 tornou os direitos dos trabalhadores indispensáveis ao próprio regime democrático.

O presidente nacional da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, fez críticas ao projeto, avaliando que o texto traz discriminação, desemprego e redução da remuneração dos trabalhadores. Ele apelou para

que o Legislativo construa uma proposta adequada ao país.

Já a secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Maria das Graças Costa, afirmou que liberar a terceirização das atividades-fim vai na contramão das conquistas sociais dos últimos anos.

Ela disse que, de cada dez trabalhadores que adoecem, oito são terceirizados. E que quatro de cada cinco mortes em serviço também ocorrem com trabalhadores nessa situação.

Por sua vez, o economista Marcio Pochmann, professor da Unicamp, se posicionou contra a mudança ao afirmar que a ampliação da terceirização vai retirar trabalhadores de um segmento com menor rotatividade e maior remuneração. Em sua opinião, o resultado disso será a acentuação da desigualdade no mercado de trabalho.

Representante do Fórum contra a Terceirização, Marilane Teixeira afirmou que, ao contrário de contribuir para elevar a produtividade ou

favorecer a competitividade, o projeto da terceirização visa reduzir os custos das empresas.

Segundo ela, a prática atinge as atividades principais das empresas, mas é ocultada “sob o manto da informalidade”.

Ubiraci Dantas de Oliveira, presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), enfatizou que o PLC 30/2015 vai piorar a situação dos trabalhadores e que o caminho para a melhoria das empresas passa pela diminuição da taxa de juros e pelo controle do câmbio, mas não pela terceirização da mão de obra.

No entender dele, os 12 milhões de terceirizados existentes no Brasil enfrentam condições precárias e são tratados como trabalhadores de segunda classe.

A favor

Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf chamou a atenção para o momento vivido pelo Brasil, marcado por crise econômica, crise

política, falta de credibilidade e desconfiança. Skaf disse que este não é um momento para desunião, nem o momento para dividir trabalhadores e empresários.

O presidente da Fiesp observou que a terceirização existe há mais de 30 anos no Brasil e que faz parte da realidade do país. Na avaliação dele, o que se discute hoje é a regulamentação de um procedimento que está sem regras e que não pode funcionar de forma desordenada.

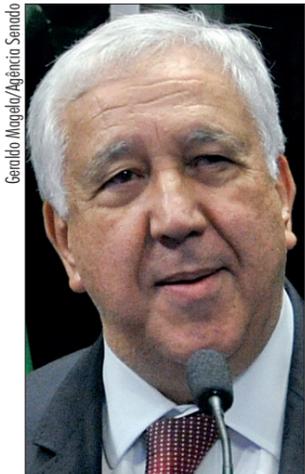
Skaf também disse que não é correto um trabalhador terceirizado não ter direito ao uso do refeitório numa empresa, do ambulatório, do transporte e dos serviços que lhe garantem cuidado com a saúde e segurança do trabalho.

— Isso não é direito e é por essa razão que é preciso regulamentar — sustentou.

O consultor jurídico da Confederação Nacional do Transporte (CNT) Marcos Aurélio Ribeiro afirmou que o Legislativo está tendo os direitos usurpados face

ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), que possui uma súmula sobre a terceirização, na falta de lei que regule o tema. Ribeiro disse que a súmula está sendo até mesmo questionada por decisões existentes que permitem a terceirização de algumas atividades. De acordo com o consultor, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux reconheceu a existência desse vácuo legal.

O professor Hélio Zylberstajn, doutor em Economia na Universidade de São Paulo (USP), exibiu slides para sustentar que regular a terceirização é uma estratégia que o Brasil precisa tomar para aumentar a eficiência e a produtividade das empresas. Zylberstajn disse que, ao contrário de quem afirma que o PLC 30/2015 vai melhorar a vida dos trabalhadores terceirizados, ao criar regras e impor limites aos empregadores. Na opinião dele, os empregadores não procedem as críticas à mudança vai precarizar as relações trabalhistas e transformar o mercado uma selva



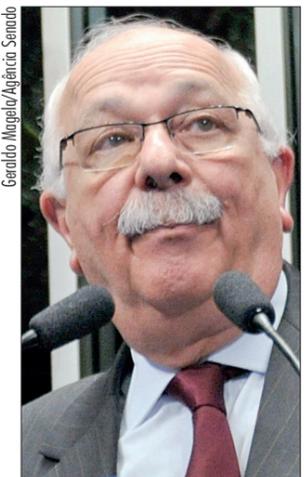
Marcos Aurélio Ribeiro



Ricardo Patah



Maria das Graças Costa



Hélio Zylberstajn



João Carlos Gonçalves



Alexandre Furlan



Marcio Pochmann

Senado, é a possibilidade de as empresas terceirizarem as atividades-fim

em sessão temática



Marcos Oliveira/Agência Senado

os trabalhadores, posição compartilhada pelo ministro do Trabalho, Manoel Dias (E)

em discussão no Senado

rior do e editou a tercei- uma lei Ele disse prevale- sobre leis mitem a Algumas rdo com istro do Federal heceu a cuo. Zylbers- nomia da io Paulo es para mentar a decisão asil prementar a tividade berstajn rário do íticos, o elhorar a pres ter- garantias contra- dele, não s de que arizar as e tornar va.

João Carlos Gonçalves, secretário-geral da Força Sindical, também afirmou que o projeto traz novas garantias e direitos aos terceirizados. Disse ainda que a terceirização da atividade-fim já existe, só que envolvendo trabalhadores organizados em sindicatos.

O presidente do Conselho Temático de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Alexandre Furlan, considerou incorreto associar a terceirização à precarização do trabalho.

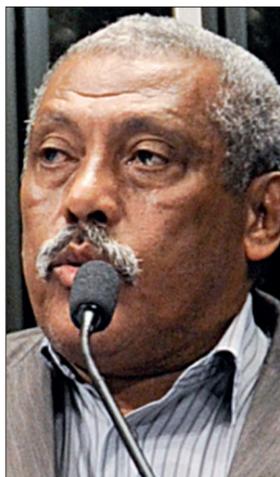
Para ele, precarizados são os mais de 45 milhões de trabalhadores informais, sem carteira assinada, recolhimento de INSS e fundo de garantia ou férias.

Laercio José de Oliveira, deputado federal (SD-SE) e vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), disse que o projeto garante segurança jurídica aos trabalhadores. Para ele, o único defeito da proposta é não abranger a terceirização do setor público.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paulo Skaf



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ubiraci Dantas de Oliveira



Geraldo Magela/Agência Senado



Laercio José de Oliveira

Geraldo Magela/Agência Senado



Marilane Teixeira

Geraldo Magela/Agência Senado

Senadores estudam nova proposta para regulamentação do tema

Marcelo Crivella (PRB-RJ) afirmou, na sessão temática de ontem, que a única maneira de vencer a batalha contra a precarização dos direitos dos terceirizados é rejeitar o PLC 30/2015. Para ele, a falta de legislação sobre o tema representa uma lacuna. O senador, porém considera o projeto inconstitucional, pois cria distinções entre trabalhadores. Advertiu ainda que a Câmara pode retomar e aprovar o texto original.

— Se nós fizermos alterações nessa lei, por mais bem intencionadas que forem, e a aprovarmos nesta Casa, os senhores deputados vão derrubá-la e o projeto será sancionado do jeito que eles quiserem — alertou.

A solução, segundo Crivella, é rejeitar o texto e criar um com novas regras, o que já está sendo elaborado por ele.

Crivella recebeu o apoio de colegas como Humberto Costa (PT-PE), para quem a terceirização faz com que os trabalhadores recebam menos por jornadas muitas vezes exaustivas. Aprovar o texto como está, para ele, é “rifar o futuro dos trabalhadores”.

— Como dizem os especialistas, este é um tipo de contrato que outorga todo o controle ao empregador e deixa o empregado em uma situação terrivelmente instável e muito mais vulnerável a abusos — alertou.

Precarização

Hélio José (PSD-DF) também apoiou a apresentação de um novo texto. Para ele, o tema precisa ser discutido com calma.

Paulo Paim (PT-RS), relator do texto na Comissão de Direitos Humanos (CDH), garantiu que o relatório dele será pela rejeição do projeto. O senador disse que o texto significa a revogação da Lei Áurea, com a escravização dos trabalhadores.

Paim fez ainda um alerta sobre outro prejuízo que a aprovação do projeto pode trazer: a facilidade para que as empresas deixem de cumprir a cota de contratação de pessoas com deficiência. Atualmente, a cota é de 2% a 5% para empresas com mais de 100 funcionários.

O senador anunciou que a Força Sindical, única central que apoiava o texto, já se somou às outras entidades contra o projeto. Ele também leu carta em que ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) se posicionaram contra o texto.

A manifestação dos ministros foi lembrada pelos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Fátima Bezerra (PT-RN). Para ela, o projeto simboliza um retrocesso porque não moderniza, mas deteriora as relações de trabalho. A senadora também defendeu a rejeição do texto.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Maioria dos senadores rejeitou, no debate, a proposta aprovada pela Câmara

— É o momento de o Senado revisar aquilo que foi feito lá na Câmara, quando apresentou um projeto que não é bom para os trabalhadores nem para o Brasil.

Telmário Mota (PDT-RR) disse que a proposta acalenta o sonho de alguns empresários e tira o sono de muitos trabalhadores. Ele fez um apelo a Renan para que escolha alguém imparcial para conduzir o projeto.

— Que seja designada uma pessoa que não ceda a qualquer interferência. Interferência haverá, alguém se manifestará.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) reconheceu que é preciso aprimorar a regulamentação do trabalho terceirizado, mas advertiu que o projeto não contribui para aumentar a competitividade do país.

— O aumento da terceirização é o aumento da precarização das relações de trabalho. Isso pode levar a uma diminuição ainda maior do nível de produtividade, porque estaremos rebaixando o nível de salário.

Já Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou a ausência de “representantes explícitos” dos terceirizados no debate. Ele pediu uma modernização da gestão do emprego no país e defendeu a importância da educação como instrumento de manutenção do emprego.

Para ele, o tema precisa de uma regulamentação que não prejudique os trabalhadores.

— Se aprovarmos o projeto como está, estaremos precarizando o trabalho. Se não fizermos alguma coisa para regularizar, estaremos prevaricando. Não podemos precarizar nem prevaricar — disse o senador.

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que ainda ter dúvidas sobre o texto, como a separação entre atividade-fim e atividade-meio. Ela pediu um texto claro para não prejudicar quem precisa da regulamentação.

Dúvidas

Ao contrário da maioria, Gladson Cameli (PP-AC) defendeu o projeto, que definiu como marco histórico. Ele lamentou que o debate esteja sendo marcado por posições radicais

— É possível ser ao mesmo tempo favorável ao projeto e defender o direito dos empregados? Claro que sim e eu me incluo nesse grupo — disse o senador, admitindo ser possível aprimorar o texto no Senado.

Para ele, o texto dá segurança jurídica a empregados e patrões. Sem a regulamentação, disse, a terceirização vive uma “lei da selva”. Gladson também avalia que o projeto pode diminuir custos e gerar empregos.

Nos três anos da Lei de Acesso à Informação, instituição se destaca no atendimento rápido aos cidadãos. Estudo da FGV divulgado em 2014 indicou que a Casa respondeu a 100% das demandas

Senado é exemplo de transparência

O SENADO RECEBE, em média, 76 pedidos diários de informação baseados na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), a chamada LAI. Todos são atendidos pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) dentro dos prazos estabelecidos pela lei. Essa é uma das ações que fazem com que a Casa seja avaliada como a instituição pública com melhor desempenho em transparência entre os órgãos do Poder Legislativo. Em 2014 foram recebidos 909 pedidos de informação e a totalidade foi respondida.

A LAI, que completou três

anos de vigência no sábado, foi aprovada pelo Senado em outubro de 2011. Ela obriga a administração pública a permitir o acesso a informações como regra, considerando o sigilo como exceção. Também cria mecanismos que possibilitam a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem apresentação de motivo, o acesso às informações.

Estudo sobre transparência realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e divulgado no final do ano passado mostrou que o Senado atendeu 100% das demandas originadas com base

na LAI. A FGV pesquisou instrumentos de transparência de 138 órgãos públicos do Executivo, Judiciário e Legislativo nas três esferas de poder — municipal, estadual e federal — nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e no Distrito Federal. De acordo com o estudo, a Câmara dos Deputados respondeu a 81% das demandas, as assembleias legislativas, a 58%, e as Câmaras de Vereadores, a 56%.

A pesquisa da FGV revelou ainda que o Senado é o mais ágil ao responder às demandas de

jornalistas e cidadãos, com um tempo médio de retorno de 15,8 dias, enquanto o tempo determinado pela lei é de até 30 dias.

O chefe do Serviço de Informação ao Cidadão, Maciel Rodrigues Pereira, disse que recebeu com “muita satisfação” a pesquisa da FGV, por conta dos esforços do Senado em buscar a transparência.

Segundo Maciel, foi criada uma modelagem do fluxo dos trabalhos relacionados à informação, com o objetivo de orientar a Casa a atender com mais agilidade e eficiência

as demandas do cidadão. Ele acrescenta que mais de 60% dos pedidos são atendidos em até cinco dias.

— Despesas e gastos do Senado, arquivos do acervo histórico, atividade legislativa e questões de recursos humanos estão entre as principais demandas do cidadão — explica Maciel.

A organização Artigo 19, entidade que trabalha na defesa do direito à informação e de expressão, lançou no último dia 14 o relatório anual *Monitoramento da Lei de Acesso à Informação Pública*, com dados do ano de 2014. A pesquisa também tratou da aplicação da LAI e analisou 51 órgãos públicos federais do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Na esfera do Legislativo, a taxa de acesso integral aos documentos do Senado chegou a 80%. O tempo médio de resposta foi o mais baixo entre todos: 11 dias.

Meta da gestão é tornar a instituição referência no setor público

Ao assumir a Presidência do Senado, no início de 2013, Renan Calheiros afirmou que uma das metas era tornar o Senado a instituição número 1 em transparência. Em sua gestão, Renan patrocinou a criação da Secretaria da Transparência e a instalação

do Conselho de Transparência e Controle Social, para fiscalizar o atendimento das demandas da sociedade por informação. O conselho sugeriu a criação de um índice de transparência para o Senado, medida que teve o apoio do presidente.

O Portal das Comissões é outro avanço na transparência da Casa, com informações on-line sobre o funcionamento do colegiado, inclusive com possibilidade de acesso aos documentos apresentados pelos convidados em audiência pública.

Interatividade permite que cidadão participe e opine sobre projetos

Para ampliar a transparência diante da sociedade, o Senado investe em canais para que o cidadão tenha a oportunidade de manifestar sua opinião e influenciar nas decisões da Casa. Além da possibilidade de entrar em contato com cada senador, por meio de telefones e e-mails disponíveis no Portal do Senado, o eleitor pode opinar sobre propostas em tramitação, participar de debates ao vivo e até propor alteração em projetos de lei.

Um dos canais de participação popular é o Portal e-Cidadania. Criado em maio de 2012, o portal é um instrumento de interatividade que tem o objetivo de aproximar a população do Poder Legislativo. O processo para apresentar uma ideia é simples: basta preencher formulário disponível no portal, que não exige conhecimento de técnica legislativa. Também não é preciso se identificar. Depois de apresentada, a proposta precisa do apoio de outros 20 mil internautas para, assim, passar por uma avaliação técnica para verificar sua constitucionalidade e se há duplicidade com projeto de lei ou legislação em vigor. Um exemplo de matéria sugerida por meio desse portal e que já se encontra em debate no Senado é a proposta que pede a regulamentação do uso recreativo, industrial e medicinal da maconha (Sugestão 8/2014). O texto está em tramitação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e tem o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) como relator.

Portal e-Cidadania:
www.senado.leg.br/ecidadania

O espaço Opine sobre Projetos é outro instrumento de participação popular no processo legislativo. Nesse espaço, o cidadão pode expressar seu posicionamento sobre cada projeto que tramita no Senado. Para tornar a opinião ainda mais efetiva, é possível apoiar ou recusar o conteúdo do texto original e, separadamente, cada uma das emendas apresentadas, assim como os relatórios das comissões temáticas. Também é possível a qualquer interessado saber o total de manifestações favoráveis e contrárias às proposições em tramitação.

Opine sobre Projetos:
<http://bit.ly/OpineProjetos>

Desde 1997, qualquer pessoa pode requerer informações sobre o Senado por meio de um serviço de atendimento telefônico gratuito, o primeiro de um órgão legislativo a entrar em funcionamento no país. Trata-se do Alô Senado, serviço que atende pessoas de todos os cantos do país. Por meio do número 0800 612211, é possível falar com a equipe do Alô Senado, a central de relacionamento da instituição. Caso prefira, o cidadão pode enviar um pedido de informação pela internet ou mesmo por carta endereçada ao Senado.

Alô Senado:
www.senado.leg.br/alosenado

O cidadão também pode se manifestar pela Ouvidoria do Senado, que foi regulamentada e implantada em junho de 2011 com o objetivo de receber e dar o tratamento adequado às sugestões, críticas, reclamações, denúncias e elogios da sociedade sobre as atividades administrativas e legislativas do Senado. A Ouvidoria tem competência para sugerir mudanças no âmbito institucional. O cidadão interessado sempre recebe retorno sobre as suas comunicações. A manifestação pode ocorrer por meio de formulário na internet ou ainda pelos telefones 0800 612211 ou (61) 3303-1791. Em 2014, a Ouvidoria recebeu 1.613 manifestações e atendeu 1.605. Um índice de praticamente 100%.

Ouvidoria:
www.senado.leg.br/ouvidoria



Pelo Portal e-Cidadania, pode-se sugerir projetos de lei, participar de audiências públicas e acompanhar a atuação dos senadores

O SENADO E O CIDADÃO — ATENDIMENTOS EM 2014				
Alô Senado	1.519.671 mensagens distribuídas aos senadores e a outros setores da Casa			
Ouvidoria	1.613 mensagens recebidas	1.605 respondidas		
Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	909 solicitações de informação (média de 76 por dia)	Todas atendidas dentro dos prazos da Lei de Acesso à Informação		
e-Cidadania	98 audiências públicas interativas	928 propostas de debates	2.454 ideias de propostas legislativas	176.742 opiniões sobre projetos

Fonte: Relatório de gestão 2014

Entenda a lei que garante acesso à informação

A Lei 12.527/2011, mais conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), trouxe como grande inovação tratar a publicidade como regra geral e o sigilo como exceção. Com isso, os órgãos públicos devem partir do princípio de que as informações são de livre acesso, com restrição apenas para casos específicos, por determinação legal ou judicial.

A LAI dispensa a apresentação dos motivos pelos quais o interessado solicita a informação pública e garante a gratuidade do procedimento, salvo custos de reprodução de documentos.

De acordo com a lei, a informação deve ser fornecida, sempre que possível, de forma imediata ao interessado. Nos demais casos, o prazo para a entrega da informação ou indicação da razão para a recusa é de 20 dias, prorrogáveis por 10 dias (mediante justificativa expressa). Se houver recusa, o cidadão pode apresentar recurso à autoridade superior, que deve decidir em 5 dias.

Além de fornecer informações requeridas pelos cidadãos, a administração pública deve publicar espontaneamente, em meio de fácil acesso, informações de interesse coletivo — prática conhecida como transparência ativa.

A lei vale para os três Poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo), para o Ministério Público e para os tribunais de Contas. Além do governo federal, estados e municípios são obrigados a garantir o acesso à informação, podendo editar leis próprias para regulamentação. Entidades privadas também devem garantir publicidade a informações referentes ao recebimento e emprego de recursos públicos.

Salários

Uma das principais polêmicas com a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (LAI) envolveu a divulgação da remuneração de servidores públicos. A Controladoria-Geral da União (CGU) sempre defendeu a publicidade desses dados, por se tratar de destinação de recursos

públicos, além de a medida permitir o controle social. Parte dos servidores, porém, reagiu à medida, alegando invasão de privacidade e risco para a segurança pessoal.

Até tribunais de Justiça, Ministérios Públicos e tribunais de Contas resistiram à divulgação de salários de membros e demais servidores. Outros órgãos decidiram condicionar o fornecimento das informações a requerimento com identificação do solicitante. Com o tempo, no entanto, a divulgação das remunerações se tornou comum.

Em abril deste ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu ser legítima a divulgação de nomes de servidores e valores recebidos. A decisão, numa ação em que servidora do município de São Paulo questionava a inclusão de seus dados em página da prefeitura, deve ser aplicada a casos semelhantes.

O direito do cidadão de obter informações de órgãos públicos, previsto em diversos tratados internacionais, já constava do texto original da Constituição de 1988, no inciso XXXIII do artigo 5º. Desde então, o acesso à informação passou a ser previsto em leis específicas sobre temas como licitações ou finanças públicas. Faltava, no entanto, uma regulamentação geral, com procedimentos e prazos a serem cumpridos pela administração pública.

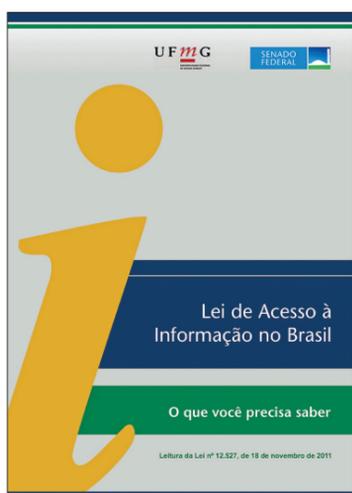
Projeto de lei (PL 219/2003) apresentado pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) só avançou em 2009, com o envio ao Congresso de proposta do Executivo (PL 5.228/2009). Os dois projetos tramitaram juntos, a Câmara aprovou o texto da LAI em abril de 2010 e o Senado em outubro de 2011.

Sancionada em 18 de novembro de 2011, a Lei 12.527 só entrou em vigor em 16 de maio de 2012.

As demais esferas estão atrasadas. Levantamento da CGU mostra que, até fevereiro, a LAI foi regulamentada em 81% dos estados, 74% das capitais e apenas 36% dos municípios com mais de 100 mil habitantes.



Posto de atendimento no Senado: acesso livre a dados é a regra; sigilo é a exceção



Em linguagem simples, documento esclarece dúvidas sobre a legislação

a cultura da transparência nas Casas do Legislativo.

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado ofereceu um curso a distância sem tutoria para capacitar servidores estaduais e municipais que trabalham com a transparência e com o acesso à informação.

— A cartilha, certamente, em muito ajudará a esclarecer as dúvidas básicas sobre o cumprimento da norma — afirmou Renan na época.

Parceria

Resultado de uma parceria entre a Faculdade de Direito da

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o ILB/Interlegis, o documento também busca facilitar a tarefa das assembleias estaduais, câmaras municipais e outras instituições públicas, disponibilizando dicas para agilizar e tornar mais eficiente o processo de gestão de dados públicos, bem como a disposição dessas informações nos respectivos sites eletrônicos das instituições.

A cartilha foi produzida por uma equipe multidisciplinar que reuniu servidores da Consultoria Legislativa do Senado e da UFGM, além do Observatório para Qualidade das Leis. Na opinião de uma das produtoras de conteúdo do documento, a professora da UFGM Fabiana de Menezes Soares, a lei permite maior exercício da cidadania.

— O acesso à informação é uma questão republicana e permite o diálogo, o debate — disse na época do lançamento a professora, que assina a publicação com Tarciso Dal Maso Jardim e Thiago Brasileiro Hermont.

A versão digital da cartilha está disponível na internet.

Accesse a cartilha:
<http://bit.ly/CartilhaLAI>

Casa lançou cartilha para popularizar a LAI

Para ajudar a tornar mais popular a Lei de Acesso à Informação (LAI), o Senado lançou em agosto de 2013 a cartilha *Lei de Acesso à Informação no Brasil — o que você precisa saber*, que destrincha de maneira simples e direta todas as orientações e alertas sobre a melhor forma de o cidadão ter acesso à informação pública, as exigências de confidencialidade e os cuidados com os documentos.

Na cerimônia de lançamento da cartilha, Renan Calheiros observou que, apesar de a Lei de Acesso à Informação estar em vigor desde 16 de maio de 2012, apenas 13% dos municípios apurados, incluídas as capitais, haviam regulamentado a norma até então, conforme dados da Controladoria-Geral da União.

— A LAI precisa ser popularizada, democratizada e levada a todas as instituições públicas. Essa cartilha é uma tradução dessa lei, com uma linguagem mais próxima das pessoas — disse, na ocasião, o presidente do Senado.

Sete mil cartilhas em formato impresso foram distribuídas gratuitamente para as câmaras municipais e assembleias dos estados, como forma de estimular

Proposta que reconhece caráter educacional da prática herdada dos escravos africanos foi aprovada ontem em decisão final em comissão do Senado e deve ir para a Câmara

Escola poderá ter capoeira no plano pedagógico

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto de lei que reconhece o caráter educacional e formativo da capoeira. Também autoriza escolas públicas e privadas da educação básica a celebrarem parcerias com entidades que congreguem mestres e profissionais de capoeira para ensinar aos alunos essa prática esportiva e cultural.

Ainda segundo o texto (PLS 17/2014), do ex-senador Gim, o ensino de capoeira deve ser integrado à proposta pedagógica. Como o projeto foi aprovado em decisão final, poderá seguir diretamente à Câmara, a menos que seja apresentado recurso para que passe pelo Plenário do Senado.

O relator da proposta, senador Otto Alencar (PSD-BA), fez duas alterações no texto. A primeira para a troca do termo

“ensino fundamental e ensino médio” para “educação básica”, ampliando a oferta de aulas de capoeira para o ensino infantil.

A outra modificação tirou a subordinação dos mestres e profissionais contratados para o ensino da capoeira ao professor de educação física.

Para o senador, deve ficar a critério da escola definir como se dará a inserção do profissional de capoeira na programação didático-pedagógica.

Otto, que praticou capoeira na juventude, ofereceu um berimbau ao presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ). Antes da entrega, executou toques no instrumento e foi aplaudido pelo colegas.

Ele contou que um famoso capoeirista do qual foi aluno, o Mestre Bimba, dizia que a pior escravidão enfrentada pelo negro era a falta de acesso à educação.

O senador também explicou a origem do nome capoeira. Segundo ele, muitas vezes negros escravos submetidos a maus-tratos fugiam para áreas de um tipo de mato baixo comum no Recôncavo Baiano.

— Dizia-se que esse negro era um “capoeira”, em razão da fuga para o matagal — disse.

Entre os senadores que festejaram a aprovação do projeto, Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou que a proposta reforça a importância da herança cultural afrobrasileira, apoiada na transmissão ancestral de práticas dos mestres aos aprendizes.

A filósofa e educadora Heidi Strecker lembrou que a capoeira chegou ao Brasil com os escravos africanos e aqui foi adaptada. Tratava-se de uma maneira de os negros mostrarem resistência, mas, para não levantar suspeitas,



Relator do texto, Otto Alencar tocou berimbau na audiência e presenteou Romário

cantos e movimentos foram incorporados.

A capoeira foi proibida pelo Código Penal de 1890 e os praticantes eram perseguidos pela polícia até 1937. A prática tem duas escolas: a Capoeira Angola e a Regional.

Desde 2008, a prática é Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, por iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural (Iphan). E, em 2014, foi reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco.

Gleisi Hoffmann protocola proposta para punir injúria por gênero

Gleisi Hoffmann (PT-PR) protocolou ontem projeto de lei que muda o Código Penal para punir de maneira mais grave a injúria praticada por razão de gênero.

“Nossa proposta é que a injúria praticada por razões de gênero figure como mais uma forma qualificada do crime de injúria, o que, na prática, representa a aplicação de pena maior, de um a três anos de reclusão”, justifica a senadora.

A ideia surgiu depois de a

professora Adriane Sobanski ter questionado mensagens postadas no Facebook pelo deputado federal Valdir Rossoni, presidente do PSDB do Paraná, e, por isso, teria sido chamada de biscate pelo parlamentar.

“A violência moral contra as mulheres não pode ser banalizada como tem ocorrido em nosso país. Episódios como o da agressão feita pelo deputado federal Valdir Rossoni são inadmissíveis”, afirma a senadora.

Lídice destaca violência contra crianças e adolescentes no país

Lídice da Mata (PSB-BA) lembrou que segunda-feira foi o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e disse que os números desse tipo de violência no Brasil ainda são elevados, apesar de redução verificada nos últimos meses,



segundo dados da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

— O abuso e a violência sexual de crianças e adolescentes ainda é um grave problema no nosso país. É preciso alertar os pais, os educadores e toda a sociedade e incentivá-los à denúncia pelo Disque 100.

Projeto incentiva formação de grêmios estudantis

Práticas de ativismo social e político devem ser estimuladas desde cedo. Essa é a ideia do projeto que incentiva a organização de grêmios estudantis na educação básica (PLS 80/2014), aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE).

Pelo texto, do ex-senador Pedro Taques, as escolas deverão assegurar autonomia de atuação às entidades e apoiar eleições dos representantes. Esses estudantes também deverão ter direito a participar

das reuniões administrativas e pedagógicas.

Segundo o projeto, a adesão ao grêmios escolar — voltado a atividades educacionais, cívicas, esportivas, sociais, assuntos da comunidade escolar e ao monitoramento da gestão educacional e financeira da instituição — deve ser uma escolha livre do estudante.

Para o autor do projeto, a participação em um grêmios pode ter grande efeito transformador na vida de um jovem, “despertando a

consciência política e proporcionando a criação do espírito cívico e de luta pela transformação da realidade”.

O mesmo entendimento tem o relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Na análise, ele lembrou a participação dos estudantes em momentos relevantes da história do país, como nas Diretas Já (anos 80) e nos protestos de rua de junho de 2013.

O projeto foi aprovado em decisão terminativa e deve seguir para exame da Câmara.

Comissão fará audiência com diretoria do Postalís

O presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Otto Alencar (PSD-BA), marcou para 9 de junho audiência pública com a diretoria do Postalís, instituto de previdência complementar dos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para esclarecer notícias de um rombo de mais de R\$ 5 bilhões

no fundo de pensão.

A data foi sugestão de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), autor do requerimento do debate. Segundo o senador, funcionários dos Correios estão sendo obrigados a fazer participação extra no Postalís, em valor correspondente a 25% do salário, que se soma aos 13% que já recolhem regularmente.

Serão convidados Antonio Carlos Conquista, presidente

do Postalís; Wagner de Oliveira, presidente dos Correios; Carlos de Paula, diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc); José dos Santos Neto, secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares; e Luiz Alberto Barreto, presidente da Associação dos Profissionais dos Correios.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Projeto de Benedito de Lira previa que rádios e televisões privadas tivessem obrigação de divulgar o turismo regional, mas o relator, Valdir Raupp, aceitou emenda de Alvaro Dias contrária à medida

Proposta obriga emissora pública a divulgar turismo

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem projeto que cria horários obrigatórios de inserções gratuitas nas emissoras de rádio e televisão públicas, educativas e comunitárias para divulgação de regiões turísticas do Brasil. O projeto agora vai para a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

Pelo texto aprovado na CCT, as principais regras de veiculação de inserções são as seguintes: estados e Distrito Federal terão direito a até 10 inserções de 30 segundos ou 5 de 1 minuto por horário de exibição diário, podendo utilizar-se de até 3 dias por semestre. Os horários de exibição diários serão entre as 7h e as 9h e entre as 20h e as 22h. Fica proibida a publicidade de obras, programas ou ações governamentais, assim como a utilização de imagens de inauguração ou execução de obras, além daquelas com



Projeto quer divulgar atrações como o antigo Palácio Rio Branco, em Salvador

mensagem discriminatória ou que estimule a rivalidade entre diferentes regiões do país.

A proposta original (PLS 630/2011), de Benedito de Lira (PP-AL), previa que as emissoras privadas também fossem obrigadas a transmitir as inserções, mas emenda de Alvaro Dias (PSDB-PR) restringiu a proposta. O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), acolheu a mudança por entender que as emissoras privadas não

seriam compensadas pela perda de receita com a redução do espaço para publicidade comercial. Já as públicas independem de audiência para obtenção de recursos e não podem vender espaço para anúncios, afirmou o relator.

A CCT também aprovou ontem 30 projetos de decreto legislativo (PDL) com outorgas ou renovação de outorgas a serviços de radiodifusão em várias cidades do país.

Texto torna permanente benefício tributário a semicondutores

Outro projeto aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) foi o PLC 21/2015, que torna permanentes os benefícios tributários para o setor de semicondutores e componentes eletrônicos dentro do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis). O programa encerra-se em 31 de maio.

A proposta estende os benefícios à fabricação de cartões inteligentes, displays para smartphones e tablets e também para as matérias-primas utilizadas na fabricação de

outros componentes desses aparelhos. O texto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Temendo o fim do programa, o presidente da CCT, Cristovam Buarque (PDT-DF), e os senadores Walter Pinheiro (PT-BA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

informaram que vão procurar o presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), para pedir que ele inclua o projeto na pauta da próxima reunião.

O texto aprovado altera a Lei 11.484/2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV digital

e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Padis e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital. A lei zera as alíquotas do PIS-Pasep, da Cofins, do PIS-Pasep-Importação, da Cofins-Importação e do IPI incidentes na compra de aparelhos, instrumentos e equipamentos usados na fabricação desses dispositivos.

O texto aprovado pela CCT permite ainda a importação do circuito integrado, de dispositivos de memória e de cartões

que tenham passado por etapas de construção e testes no exterior após a concepção do circuito ter sido feita no Brasil.

No parecer pela aprovação do projeto, Flexa destacou que o Brasil possui quase 40 milhões de smartphones, mas não tem uma indústria relevante de itens utilizados na fabricação desses aparelhos. “Esse imenso número de aparelhos, somado a outros do tipo tablets e computadores, representa grande déficit na balança comercial brasileira relativo a componentes eletrônicos, já que o país não possui uma indústria relevante de diversos componentes”, destaca.



Cristovam Buarque, presidente da comissão, e Hélio José coordenam a reunião

Novas mídias podem ter indicação obrigatória de idade

A classificação indicativa exigida para filmes pode passar a ser obrigatória para todo conteúdo na forma de imagens, seja para venda, aluguel ou distribuição gratuita. A regra pode ser incluída no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e busca garantir que também as novas mídias informem a natureza da obra e a faixa etária apropriada.

Essa modificação foi aprovada ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de acordo com substitutivo de Alva-

ro Dias (PSDB-PR) ao PLS 493/2013, de Eduardo Amorim (PSC-SE), e ao PLS 360/2012, do ex-senador Vital do Rêgo. Agora será examinada pela Comissão de Educação.

Hoje a obrigação de informar a classificação do produto é restrita a filmes exibidos nos cinemas ou comercializados em DVDs. Mas a evolução da tecnologia e as novas mídias exigem atualização da norma, justifica Alvaro em relatório, lido por Blairo Maggi (PR-MT).

O substitutivo prevê ainda que revistas e outras publicações destinadas ao público

infantojuvenil priorizem mensagens educativas, artísticas, culturais e informativas. OECA veda que essas publicações contenham ilustrações, fotografias, legendas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco e armas, devendo ainda “respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família”.

O relator rejeitou medida, proposta nos textos originais, para que a publicidade dirigida a crianças e adolescentes tenha regras rígidas, porque há outro projeto (PLS 283/2012), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sobre o assunto.

Mais Mulheres na Política chega a Amazonas e Roraima

As senadoras Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), Marta Suplicy (sem partido-SP) e Regina Sousa (PT-PI), acompanhadas por deputadas e pelo senador José Medeiros (PPS-MT), foram a Manaus na segunda-feira para o lançamento da campanha Mais Mulheres na Política: a reforma de que o Brasil precisa.

Promovido pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado e pela Secretaria de Mulheres da Câmara, o lançamento, na Assembleia Legislativa do Amazonas, reuniu ainda parlamentares, prefeitos, lideranças femininas de partidos políticos e entidades feministas.

Após o lançamento em Manaus, a delegação seguiu para Roraima, onde foi rece-

bida pela governadora Suely Campos e pela senadora Ângela Portela (PT-RR). O lançamento foi feito no Palácio Hélio Campos, em Boa Vista.

A intenção da bancada feminina no Congresso é chamar a atenção de parlamentares e da sociedade para que, durante a discussão da reforma política, seja incluída a reserva de 30% das cadeiras para as mulheres nos três níveis do Parlamento. Hoje, elas ocupam 10% das vagas.

Procuradora da Mulher do Senado, Vanessa falou sobre as estratégias para fortalecer o movimento.

— Já passou o tempo em que o poder político pertencia tão somente ao gênero masculino — disse a senadora.



Vanessa (E), senadores e deputadas no lançamento na campanha em Manaus

Audiência vai debater espionagem governamental e crimes cibernéticos

O aumento de vítimas de espionagem e crimes cibernéticos e as recorrentes notícias de violação de senhas, invasão de computadores e devassa de outros dispositivos de informática serão debatidos pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). A audiência foi sugerida por Walter Pinheiro (PT/BA). Segundo ele, a cada hora cerca de 3 mil pessoas são vítimas de delitos desse tipo no Brasil, que já ocupa o primeiro lugar entre os países latino-americanos e o quarto no mundo.

A CCT aprovou convites para que o ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, e o novo presidente da Telebras, Jorge Bittar, participem de audiência sobre política de universalização da banda larga.

Dois outros debates propostos por Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CCT, também serão realizados: um para o PLC 70/2014, que proíbe o uso de animais em pesquisas e testes laboratoriais para cosméticos, e outro sobre a integração das universidades com o setor empresarial.

Projeto barra prioridade a quem paga consulta médica

Aprovada ontem em comissão, proposta quer impedir que quem paga diretamente pelo atendimento tenha preferência sobre quem usa plano de saúde, que, em geral, precisa aguardar dias ou até meses

A PRIORIDADE NO atendimento a paciente particular, que paga diretamente por consulta médica, em detrimento de pacientes que usam planos de saúde, pode ser proibida por lei. É o que prevê projeto do ex-senador Pedro Taques aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

O autor cita casos em que o paciente que paga pela consulta no ato do atendimento consegue ser atendido logo que busca o agendamento, enquanto aqueles que tentam marcar uma consulta a ser paga por um plano de saúde precisam aguardar por muitos dias ou até por meses.

A conduta, diz o autor, visa coagir pacientes que já arcam com planos de saúde a pagar diretamente por consultas, exames e procedimentos.

O texto (PLS 525/2013) altera a Lei 9.656/1998, que trata dos planos de saúde, para explicitar a proibição da prática de prazos diferenciados para marcação de consulta médica conforme a forma de pagamento.

O texto mantém regra, hoje prevista na legislação, determinando que a marcação de consultas, exames e quaisquer outros procedimentos de saúde deve privilegiar casos de emergência, idosos, gestantes, lactantes e crianças de até 5 anos. Quanto aos idosos, a prioridade na lei é para pessoas com 65 anos ou mais. Taques propõe que a prioridade seja para pessoas

a partir dos 60 anos, conforme determina o Estatuto do Idoso.

O texto teve voto favorável do relator na CMA, Eduardo Amorim (PSC-SE). Para ele, é preciso explicitar a proibição de prioridade para pacientes que pagam diretamente as consultas, pois preterir os usuários de planos de saúde viola leis em vigor. O projeto segue para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).



Para o relator, Eduardo Amorim, é necessário explicitar a proibição em lei

Vai a Plenário semana de prevenção do câncer bucal

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 86/2014, que institui a Semana Nacional de Prevenção do Câncer Bucal. Pelo texto, do deputado Dr. Grilo (SD-MG), o evento será celebrado todos os anos na primeira semana de novembro.

Entre os objetivos do calendário especial, está o de difundir os avanços técnico-científicos relacionados à doença, estimular ações preventivas e campanhas educativas sobre o tema e promover debates de

políticas públicas de atenção integral aos portadores de câncer bucal.

O autor afirma que essa tipificação de câncer encontra-se entre os dez tipos com os mais elevados índices de incidência no país. Segundo o deputado, a ação preventiva é fundamental para elevar a taxa de cura da doença. De acordo com Dr. Grilo, o exame rotineiro da boca feito por um profissional de saúde pode diagnosticar as lesões no início, antes de se transformarem em câncer.

A proposta ainda irá a Ple-

nário, para decisão final. Se aprovada, será encaminhada à sanção presidencial.

A CE aprovou ainda requerimentos de audiências. O presidente da CE, Romário (PSB-RJ), quer debater a ampliação, por mais dez anos, da lei que dispõe sobre incentivos para o fomento de atividades esportivas (Lei 11.438/2006) e a extensão, a todos os atletas profissionais, de benefícios que a legislação sobre os desportos (Lei 9.615/1988) adota apenas para jogadores de futebol.

Ministro da Integração fala sobre obras no Rio São Francisco

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e a Comissão de Meio Ambiente (CMA) fazem hoje audiência pública para ouvir o Ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi.

As obras de transposição do Rio São Francisco e as metas da pasta para o próximo ano estão entre os assuntos do debate.

Comissão discute restrições à venda de anabolizantes

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) fará audiência hoje para debater o Projeto de Lei do Senado (PLS 120/2015), de Davi Alcolumbre (DEM-AP), cujo objetivo é aprimorar a Lei 9.965/2000, que determina a restrição da venda de anabolizantes. Estarão presentes representantes da Anvisa e da Confederação Nacional do Comércio.



Quantidades de cirurgias cardíacas foi um dos pontos discutidos na reunião

Ministério e médicos articulam ações de assistência a cardíacos

Durante reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que discutiu a situação da assistência para pacientes cardiovasculares no país, ontem, foi acertado o estabelecimento de uma parceria entre o Ministério da Saúde e a Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular (SBCCV), com o estabelecimento de um calendário de ações conjuntas em defesa dos pacientes.

Durante a audiência, presidida por Paulo Paim (PT-RS), um quadro bastante preocupante foi pintado por diversos representantes de associações. Um exemplo foi Fabio Jatene, da Associação Médica Brasileira (AMB), que garantiu que, em 35 anos de atuação neste setor, “este é o pior momento” que ele já presenciou para a cirurgia cardiovascular.

— Estamos operando crianças em virtude de liminares na Justiça, em prazo de 24 horas. E isto num quadro de defasagem de medicamentos e equipamentos — relatou.

O cirurgião Fernando Lucchese lembrou que a mortalidade infantil por problemas cardíacos tem aumentado significativamente.

— Números oficiais mos-

tram que cerca de 28 mil crianças nascem todos os anos com problemas congênitos, mas no ano passado apenas 5,7 mil procedimentos cirúrgicos foram realizados. A mortalidade é o dobro da do câncer infantil.

Marcelo Cascudo, da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular, apontou que um dos problemas do setor está na defasagem dos valores remuneratórios praticados pelo SUS, há 11 anos sem atualização.

— A população brasileira está envelhecendo, o tema é absolutamente prioritário. O que mais mata no país são os problemas cardíacos, e em 2025 prevê-se que serão 25 milhões os pacientes cardiovasculares — afirmou.

José Eduardo Fogolin, do Ministério da Saúde, foi quem propôs a articulação com a SBCCV visando a adoção de um calendário de ações, e lembrou que entre 2010 e 2014 o número de cirurgias passou de 75 mil para 89 mil.

Paulo Bauer (PSDB-SC) lamentou o fato de projeto de autoria dele que prevê a total isenção de impostos aos medicamentos tenha sido rejeitado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Cardiologistas pedem atenção de Renan para atendimento cirúrgico

Médicos da SBCCV, acompanhados por Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), visitaram ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros. Eles entregaram um documento pedindo a ajuda do Congresso Nacional para resolver o que classificam como preocupante situação da assistência cirúrgica aos pacientes portadores de doenças cardiovasculares.

Renan manifestou preocupação quanto aos repasses de recursos públicos para a área da saúde e disse aos médicos que o assunto seria um dos temas discutidos no

encontro com os governadores previsto para hoje.

— A saúde vive um momento crítico e tenho observado uma preocupação com a diminuição da receita destinada a essa área — disse.

Os médicos explicaram que a SBCCV decidiu iniciar contatos com todas as autoridades públicas para discutir a situação.

— A Casa sempre vai estar aberta para receber pedidos como estes. Estamos permanentemente debruçados sobre causas importantes e esta é uma delas — afirmou Renan.

ACOMPANHE E PARTICIPE, HOJE às 9h

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

▶ Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Taquigrafia: <http://bit.ly/comissaoTurismo>

ACOMPANHE E PARTICIPE, HOJE às 10h

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

▶ Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Taquigrafia: <http://bit.ly/comissaoEducacao>